

Novembro 2020

*Este texto é da responsabilidade do CIP

- Fraco investimento e enormes diferenças entre a zona rural e urbana continuam características principais do sector de água e saneamento

Acrónimos e Abreviaturas

COVID-19	Doença do coronavírus 2019
CTA	Confederação das Associações Económicas
EIU	<i>Economist Intelligence Unit</i>
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IOF	Inquérito aos Orçamentos Familiares
IRPC	Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Singulares
MZN	Meticais
OE	Orçamento do Estado
PES	Plano Económico e Social
PHCSP	Programa de fortalecimento de cuidados de saúde primários
PIB	Produto Interno Bruto
POE	Proposta do Orçamento do Estado
PPES	Proposta do Plano Económico e Social
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PRONASAR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SUSTENTA	Projecto de Gestão Integrada da Agricultura e Recursos Naturais
TARV	Tratamento Antiretroviral
USD	Dólar Norte Americano

Índice

Acrónimos e Abreviaturas	i
1. Introdução.....	3
2. Pressupostos macroeconómicos assumidos na concepção da POE e da PPES para 2021	4
3. Envelope de Recursos para 2021	5
4. Afectação de recurso em 2021.....	6
5. Compromissos sectoriais	8
6. Principais Investimentos no Sectores da Saúde, Águas e Saneamento.....	9
7. Gestão da Dívida.....	10
8. Principais acções do Plano Económico e Social 2021	11
9. Principais mensagens	14

1. Introdução

À luz do parágrafo i) da Proposta de Plano Económico e Social (PPES) 2021, o PES para 2021 constitui um instrumento que estabelece directrizes de operacionalização do PQG 2020-2024 e de outros instrumentos de planificação de longo, médio e curto prazos. Dessa forma, este documento visa orientar a acção governativa em 2021, centrando-se na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias moçambicanas com enfoque para a redução das desigualdades sociais e da pobreza.

A PPES e o correspondente Orçamento do Estado (OE) para o ano de 2021 foram preparados num contexto de incerteza resultante da pandemia da COVID-19 que grassa, não apenas, Moçambique, mas todo o mundo. No caso particular de Moçambique, entretanto, os seus efeitos sobre a economia poderão ser ainda mais nefastos do que o revelado até ao momento em resultado da sua vulnerabilidade aos choques externos e sistémicos aliada à sua limitada capacidade de resiliência.

Dessa forma, as acções do governo concentrar-se-ão na intensificação da resposta aos impactos negativos da COVID-19 com o reforço das medidas de prevenção e mitigação desta pandemia, através de intervenções acentuadas no sector da saúde, educação, protecção social, água e saneamento e agricultura.

Assim, o actual cenário é seguramente adverso a projecções optimistas em relação ao estado futuro da economia no espaço de um ano. Com efeito, o alcance efectivo das metas estabelecidas e a validação dos pressupostos assumidos na concepção da Proposta do OE e do PES de 2021 dependem fundamentalmente da magnitude e da duração dos choques que vierem a ocorrer, os quais são, ainda, vagamente conhecidos.

No caso específico dos instrumentos de planificação em referência, os pressupostos que se assumem são de um cenário promissor da economia mundial¹, esperando-se que venha a crescer em cerca de 5,4%, acima da estimativa para 2020, suportada pela recuperação gradual do consumo, do investimento e dos preços das principais matérias-primas. Em relação a Moçambique, espera-se que o crescimento económico em 2021 venha a situar-se em 2,1%, bem acima das mais recentes projecções de crescimento da economia em 2020 as quais estão fixadas em 0,8%.

É tendo em atenção os aspectos acima e outros específicos do contexto moçambicano que este documento pretende analisar as POE e PPES para o ano de 2021 do ponto de vista macroeconómico e social, com particular enfoque nos sectores da Saúde e Águas e Saneamento,

¹ Quarto e quinto parágrafo da POE 2021

e verificar até que ponto estes instrumentos estão em linha com as metas estabelecidas no Plano Quinquenal do Governo 2020-2024.

2. Pressupostos macroeconómicos assumidos na concepção da POE e da PPES para 2021

A actual conjuntura Internacional caracterizada pela continuidade dos severos impactos da COVID-19 impõe aos governos, em particular ao de Moçambique, diversos desafios dos quais se destaca a adopção de políticas que visem minimizar a relação conflituosa entre a salvaguarda da saúde pública e a manutenção do funcionamento da economia. Esta situação é exacerbada pelo clima de instabilidade político-militar nas regiões centro e norte do país que em conjunto constituem um empecilho ao alcance das metas e objectivos estabelecidos nos planos governamentais de curto, médio e longo prazos.

A POE e a PPES foram concebidas tendo como base um crescimento real do PIB estimado em cerca 2,1% em 2021, cerca de 0.1 pontos percentuais abaixo do estabelecido na lei orçamental de 2020. Entretanto, em resultado dos severos impactos da COVID-19, esta última foi revista em baixa de 2.2% para 0.8% ainda assim acima do projectado por outras análises como sejam da Confederação das Actividades Económicas de Moçambique (CTA)², do FocusEconomics³ e do Economist Intelligence Unit (EIU)⁴ as quais perspectivam uma contracção da economia de Moçambique em cerca de 1.1%, 1.3% e 2.2% , respectivamente.

Esta projecção optimista do crescimento real do PIB em 2021 é sustentada fundamentalmente pelo prognóstico de chuvas regulares e consequente adequada satisfação hídrica das culturas. A efectiva operacionalização do Programa SUSTENTA, o qual o governo espera que venha a gerar um valor total da produção de cerca de 250 milhões de USD no sector agrícola, é também indicado com um factor que contribuirá para tal crescimento.

A indústria pesqueira, por seu lado, espera atingir um volume total de produção de cerca de 483 mil toneladas de pescado, representando um crescimento de 1,5% em relação à previsão de 2020. Não obstante a potencial redução do abastecimento das matérias-primas como resultado da propagação da COVID-19, espera-se igualmente um crescimento positivo na indústria transformadora, estimando-se que tal se venha a situar em cerca de 1.5%. Espera-se, do mesmo modo, um aumento na produção dos outros sectores nomeadamente, Indústria Extractiva (1,5%), Electricidade, Gás e Água (3,7%), Construção (3%), Hotéis e Restaurantes (1%), Transportes e comunicações (2,5%), Saúde e Acção social (5%).

A taxa de inflação média anual para 2021 está projectada em 5.0%, cerca de 1,6 pontos percentuais abaixo da fixada na lei orçamental 2020. Tal significa que o governo crê que o aumento do nível geral de preços será ligeiramente inferior ao ocorrido no ano anterior e, caso

² <https://cta.org.mz/download/impacto-da-COVID-19-no-sector-empresarial-e-medidas-para-sua-mitigacao/>

³ <https://www.focus-economics.com/countries/mozambique>

⁴ <https://macauhub.com.mo/2020/04/16/pt-eiu-preve-contracao-da-economia-de-mocambique-em-2020/>

se materialize, os cidadãos sentirão menor aumento do custo de vida quando comparado ao ano anterior. Esta projecção, no entanto, pode ser ilusória em face da esperada continuidade da implementação de medidas monetárias e fiscais com vista a garantir uma rápida recuperação da economia. Ainda que não se conheça o detalhe da totalidade dessas intervenções, está planeada, do lado monetário, a concessão de financiamento ao sector privado com condições mais favoráveis, o que se espera venha a resultar num crescimento do crédito à economia na ordem de 15,8%. Essas medidas poderão pressionar a demanda agregada e, num contexto em que as empresas ainda não estão cabalmente preparadas para responder a um aumento da procura de bens e serviços, a pressão sobre o nível geral de preços pode ser inevitável.

Em relação às exportações, espera-se que em 2021 o volume total atinja o valor de 3.768,8 milhões de USD. Ainda que este montante seja 14% menor que o fixado pela lei orçamental de 2020, prevalecem riscos de que tal possa não ser atingido em decorrência de estar condicionada, por um lado, pela capacidade de produção a nível nacional (oferta), e por outro lado, pela procura externa por parte dos nossos principais parceiros comerciais, estes severamente afectados pela crise causada pela COVID-19. A incerteza em relação ao influxo de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), mormente devido aos receios quanto à tomada da decisão final de investimento para a área de exploração de gás na Bacia do Rovuma, pode condicionar a realização das Reservas Internacionais Líquidas fixadas em 6,8 meses de importação.

Tabela 1: Pressupostos macroeconómicos da POE e PPES/2021

Indicadores	2020	2021
	Lei	Proj
Taxa de Crescimento real (%)	2,2	2,1
Taxa de Inflação média anual (%)	6,6	5,0
RIL (Meses de Cobertura de Importação)	5,8	6,8
Exportações (milhões de USD)	4.409,7 milhões	3.768,8 milhões

Fonte: POE/2021

3. Envelope de Recursos para 2021

O presente orçamento visa a materialização da política financeira do Governo em conformidade com os objectivos do respectivo PES, o qual é baseado no Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024. O OE prevê a arrecadação de um volume global de receitas do Estado estimado em cerca de 265.596,1 milhões de MZN, o equivalente a 23,4% PIB, cerca de 30 mil milhões MZN acima do volume previsto na Lei orçamental para o exercício de 2020.

É de salientar que se espera que cerca de 42% das receitas do Estado provenham da cobrança do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) e do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS). Dessa forma, num contexto de crise, no qual tanto empresas assim

como particulares enfrentam dificuldades resultantes da corrente pandemia aliado ao elevado clima de incerteza quanto ao fim da COVID-19, esta projecção mostra-se bastante ambiciosa.

Ademais, o relatório de execução da despesa de Janeiro-Junho do presente ano aponta para uma redução dos impostos sobre bens e serviços e taxas em 3.6% e 36.1% respectivamente em relação a igual período do ano transacto.. Portanto, se este cenário prevalecer, as metas fixadas para o volume de arrecadação de receitas do estado podem estar comprometidas.

A não materialização do nível de arrecadação fiscal implicaria que o governo ficasse desprovido dos já diminutos recursos de que necessita para a realização dos planos a que o governo se propõe a levar a cabo para o exercício em análise.

O volume de despesas para 2021 foi fixado em 32,5% do PIB, o que equivale a uma redução de cerca de 1,4 pontos percentuais em relação ao fixado na Lei Orçamental para o exercício de 2020, facto que se enquadra no processo de consolidação fiscal em curso. Com efeito, está previsto que entre 2020 e 2023 venham a ocorrer reduções médias anuais em termos da despesa global em 0,45 pontos percentuais, da despesas de funcionamento em 0,66 pontos percentuais, e reduções das operações financeiras em 0,33 pontos percentuais, todas elas em função do PIB. Em contrapartida, prevê-se a manutenção das despesas de investimento nos actuais 7% do PIB, em média.

A projecção das receitas e despesas para o ano 2021 resultam num défice orçamental estimado em cerca de 9,1% do PIB, o que corresponde a 1,7 pontos percentuais abaixo do fixado na Lei Orçamental de 2020. Entretanto, espera-se que cerca de 80% do défice orçamental seja coberto por donativos vindos dos tradicionais parceiros de cooperação que foram igualmente afectados pela crise, o que pode gerar incertezas em relação ao nível de realização dessas projecções.

Tabela 2: Projecção de Volume de Recursos em 2021

Indicadores Orçamentais	Lei 2020		Proj 2021	
	Milhões de MZN	%PIB	Milhões de MZN	%PIB
Volume de Receitas	235.590,3	23,1	265.596,1	23,4
Volume de Despesas	345.381,8	33,9	368.595,1	32,5
Défice Orçamental	109.791,2	10,8	102.999,0	9,1
Défice Orçamental após Donativos	23.252,1	2,3	23.936,0	2,1
Saldo Primário	14.070,6	1,4	11.178,8	1,0

Fonte: POE/2021

4. Afectação de recurso em 2021

O PQG 2020-2024 foi estruturado no sentido de: (i) Estimular o crescimento económico; (ii) Modernizar a arrecadação de receitas, prestação de serviços ao público, gestão da política

remuneratória da função pública; e (iii) Reforçar a boa governação, descentralização, protecção e segurança públicas, no contexto de consolidação fiscal e orçamental em curso.

No caso concreto do exercício de 2021, a realização da despesa pública tem os seguintes como principais eixos: i) melhorias das condições de higiene e saneamento do meio das instituições públicas e em locais de grande concentração; ii) Aumento dos efectivos para os sectores da Saúde e Educação; iii) aumento dos investimentos nas Forças e Defesa e Segurança com vista a responder aos actuais desafios; iv) aumento da produção agrícola em toda a sua cadeia de valor; v) Continuar o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais básicas; vi) Garantir subsídios ao Sector Empresarial do Estado para colmatar os défices de exploração; e vii) Expandir os programas de protecção social, por forma a abranger um maior número de beneficiários e, por esta via, minorar o sofrimento da população mais carenciada.

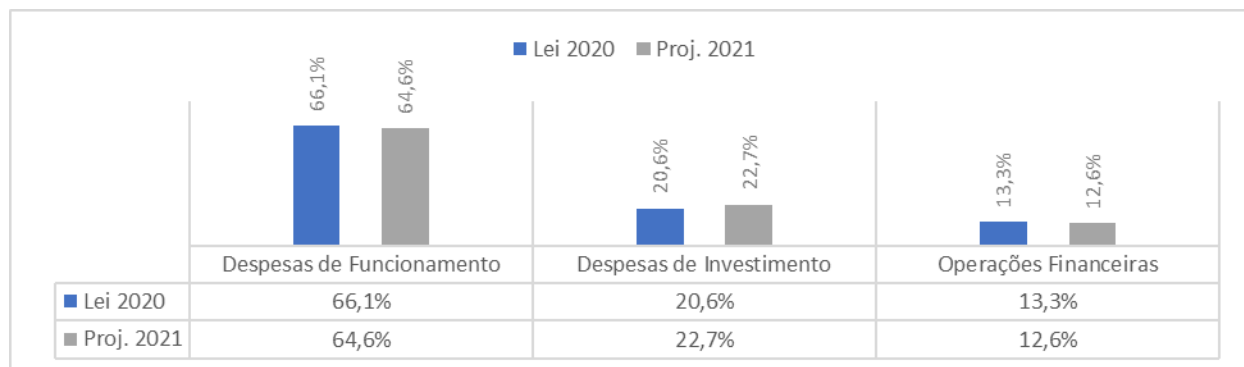
Com efeito, do volume global de despesas fixadas para 2021 cerca de 64,6% correspondem às despesas de funcionamento (1,5 pontos percentuais abaixo do fixado na lei orçamental 2020), e por seu turno, apenas 22,7% do total das despesas será alocado para as despesas de investimento (correspondente a um crescimento na ordem de 2,1 pontos percentuais quando comparado com o estabelecido na lei orçamental 2020). Os remanescentes 12,6% serão alocados para as operações financeiras (0,7 pontos percentuais abaixo do orçamentado para o ano de 2020).

Ainda que se tenha observado algum crescimento nominal em relação ao previsto no ano transacto, o nível de alocação orçamental para as despesas de investimento está aquém do que seria expectável, num contexto em que se uma das principais prioridades é prosseguir com o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais básicas, incluindo para fazer face a propagação da COVID-19.

O volume de fundos alocados à rubrica de operações financeiras⁵, apesar de ter reduzido ligeiramente prevalece ainda muito acima do desejado. Esta situação pode comprometer o alcance dos objectivos de desenvolvimento económico e social estabelecidos no plano quinquenal do governo 2020-2024, pois maiores recursos gastos em operações financeiras significam menor disponibilidade de fundos para investimento em sectores prioritários. Dessa forma, exorta-se ao governo, sem perder de vista a necessidade de assegurar a sustentabilidade orçamental, a acentuar a redução das despesas de funcionamento e operações financeiras e por conseguinte aumentar as despesas de investimento.

⁵ Fazem parte das operações financeiras os pagamentos com encargos da dívida, participação no capital social de empresas e concessão de empréstimos de retrocessão.

Gráfico 1: Composição da despesa pública 2021



Fonte: POE-2021

5. Compromissos sectoriais

O Sector da Educação continua a absorver a maior parte dos recursos do OE, com uma projecção de 66.276,50 milhões de MZN, o equivalente 23,9% da despesa global e cerca de 3,2 pontos percentuais abaixo do previsto na lei orçamental de 2020. Por seu turno, está previsto que o Sector da Saúde venha a registar um crescimento de 3,1 pontos percentuais em relação ao previsto para o ano 2020, perfazendo cerca de 14% do total da despesa de 2021. Ainda que os documentos em análise não façam referência ao exacto montante que será alocado especificamente ao combate à COVID-19, as tendências recentes do aumento anual dos recursos alocados ao sector indicam um aumento significativo de 2020 para 2021. Com efeito, este crescimento nominal está acima da média dos últimos três anos em 94 milhões de USD, uma cifra aproximada dos 100 milhões de USD estimados pelo governo⁶ como sendo necessários para combater a COVID-19 pelo sector da Saúde. Dessa forma, se efectivamente colocados à disposição do sector, esses fundos estarão muito próximos a responder mais adequadamente aos desafios impostos pela COVID-19.

Embora a despesa no sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural tenha crescido em termos absolutos, com uma alocação orçamental estimada em 10% do total da despesa, o volume de recursos continua insuficiente para a magnitude e importância do sector. Com efeito, este sector contribui em 25% para o PIB e absorve cerca de 70% da força de trabalho de todo o país, o que denota a necessidade de maior priorização na alocação de recursos.

O serviço da dívida é quase 6 vezes maior que as despesas no sector de Águas e Saneamento e Programas de Protecção Social conjuntamente. Este dado é, sem dúvidas, um indicador de um

⁶ “Ponto de Situação dos Compromissos no âmbito da Covid-19”, de 25 de Agosto de 2020

completo desalinhamento com o plano quinquenal do governo 2020-2024 que prevê o prosseguimento das acções prioritárias que tenham impacto directo na vida da população, garantindo o seu bem-estar, a redução das desigualdades sociais e da pobreza e a criação dum ambiente de paz, harmonia e tranquilidade.

Tabela 3: Afectação sectorial dos recursos em 2021

Principais Projectos de Investimento	Despesas de Investimento			
	Interno	Externo	Total	
			10 ⁶ MT	% D. Inv
Cuidados de Saúde primários e serviços de saúde - Prosaúde III	752.7		752.7	19.0%
Programa de fortalecimento de cuidados de saúde primários - PHCSP	1,773.20		1773.2	44.8%
Apoio ao programa nacional de combate a Tuberculose	243.7		243.7	6.2%
Apoio ao programa nacional de combate a Malária	404.5		404.5	10.2%
Apoio ao programa nacional de combate ao HIV/SIDA	404.4	70.2	474.6	12.0%
Apoio ao programa alargado de vacinação	309	0.4	309.4	7.8%
Total	3887.5	70.6	3958.1	100.0%

Fonte: POE 2021

6. Principais Investimentos no Sector da Saúde, e Águas e Saneamento

O total de fundos que se espera alocar a investimentos no sector da saúde é de cerca de 3.958,1 milhões de MZN (correspondente a 98.2% do total desta rubrica), dos quais cerca 3.887,5 milhões MZN são provenientes de financiamento externo. Estes montantes mostram uma crescente dependência externa comparativamente ao ano 2020, quando os recursos externos perfaziam apenas 66.6% do total de recursos dos principais investimentos do sector da saúde. Este volume de investimento corresponde a aproximadamente 10,6% do total da despesa deste sector e o financiamento ao Programa de fortalecimento de cuidados de saúde primários absorverá cerca de 45% do total de recursos dos principais investimentos do sector.

Tabela 4: Projectos de Investimentos no Sector da Saúde em 2021

Principais Projectos de Investimentos	Despesas de Investimento		
	Interno	Externo	Total
Cuidados de Saúde primários e serviços de saúde - Prosaúde III	752,7		752,7
Programa de fortalecimento de cuidados de saúde primários – PHCSP	1.773,20		1.773,2
Apoio ao programa nacional de combate a Tuberculose	243,7		243,7
Apoio ao programa nacional de combate a Malária	404,5		404,5
Apoio ao programa nacional de combate ao HIV/SIDA	404,4	70,2	474,6
Apoio ao programa alargado de vacinação	309	0,4	309,4

Total	3.887,5	70,6	3.958,1
--------------	----------------	-------------	----------------

Fonte: POE-2021

Por seu turno, as despesas de investimento no sector de Águas e Saneamento foram fixadas em cerca de 4.186,80 milhões de MZN integralmente financiadas com recurso a fundos internos. A POE 2021 destaca apenas dois principais projectos a saber: (i) Programa Nacional de Desenvolvimento do Sector de Águas II (absorvendo cerca de 70% dos recursos); e (ii) Programa nacional de abastecimento de água e saneamento rural- PRONASAR (absorvendo os remanescentes 30%).

Tabela 5: Projectos de Investimento no Sector de Águas e Saneamento em 2021

Principais Projectos Investimentos	Despesas de Investimento			
	Interno	Externo	Total	
			10 ⁶ MT	% D. Inv
Programa nacional de desenvolvimento do sector de águas ii	2,970.60		2,970.60	71.0%
Programa nacional de abastecimento de água e saneamento rural- PRONASAR	1,216.20		1,216.20	29.0%
Total	4,186.80	0	4,186.80	100%

Fonte: POE-2021

Os resultados do IOF 204/15 mostram que persistem grandes diferenças entre as zonas rurais e urbanas em termos de acesso à água potável e a serviços de saneamento adequado. De acordo com estes documentos, 84 por cento da população urbana tem acesso a uma fonte de água segura enquanto apenas 40 por cento da população rural beneficia desse acesso.

Ainda que as iniciativas recentes de prover água a várias sedes distritais do país, eventualmente ajudado a alterar este quadro, há pouca margem de dúvida de que os desafios permanecem ainda enormes. Dessa forma, recomenda-se ao governo que continue a incrementar o volume de investimentos dos actuais 0.3% PIB para 0.5% PIB. Tal permitiria que pelo menos se cumprisse o estabelecido na Estratégia Nacional de Água e Saneamento Urbano 2011-2025 e na Declaração Ministerial de eThekweni para este sector, com enfoque para as zonas rurais.

7. Gestão da Dívida

A luz da POE 2021 para o serviço da dívida pública, estima-se o montante de 77.671,8 milhões de MZN, equivalente a 6,9% do PIB, o que corresponde a uma redução de 0,8 pontos percentuais em relação ao peso do PIB e 1,1% em termos nominais face ao planeado para o ano de 2020.

Do total estimado acima para serviço da dívida, cerca de 35.114,8 milhões de MZN serão destinados ao pagamento de Encargos da Dívida, e 42.557,0 milhões de MZN para Amortização do Capital, correspondente a 3,1% e 3,8% do PIB, respectivamente. Estas cifras representam uma redução em 0,6 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente, para os Encargos da dívida e para a Amortização do Capital em relação ao previsto na lei de 2020. Considerando que limite de sustentabilidade do rácio serviço da dívida/PIB é de 30%, pode-se afirmar que este está numa trajectória sustentável.

Apesar das reduções do peso das principais rubricas da Dívida Pública em relação ao PIB, apela-se ao governo a pautar pela correcta implementação da estratégia de gestão da Dívida Pública, com enfoque na identificação do tipo e tamanho da dívida a contrair, na definição de prioridades na contratação de novos financiamentos, na identificação e análise dos limites e dos indicadores de sustentabilidade da dívida; minimização do custo e risco da carteira da dívida pública, estabelecimento de regras claras para a contratação de novos financiamentos, contenção dos níveis de despesa pública e prioridade de investimento público em áreas produtivas como sejam da agricultura, pesca, e indústrias. Estas medidas permitiriam a redução de riscos de insustentabilidade da Dívida Pública, conforme o apontado pelo Cenário Fiscal de Médio Prazo 2021-2023.

Tabela 6: Serviço da Dívida em 2021

Indicadores	Lei 2020		Proj. 2021	
	10 ⁶ de MT	% Serv. Dív	10 ⁶ de MT	% Serv. Dív
Encargos da Dívida	37,323.00	47.5%	35,114.80	45.2%
Juros Internos	24,191.20	30.8%	23,683.00	30.5%
Juros Externos	13,131.80	16.7%	11,431.80	14.7%
Amortização de Capital	41,231.00	52.5%	42,557.00	54.8%
Interno	16,129.00	20.5%	17,025.00	21.9%
Externo	25,102.00	32.0%	25,532.00	32.9%
Total do serviço da Dívida	78,554.00		77,671.80	

Fonte: POE-2021

8. Principais acções do Plano Económico e Social 2021

No sector Agrícola, o governo pretende virar as suas atenções para o projecto Sustenta, um programa de gestão integrada da agricultura e recursos minerais, cujo fim último é criar condições necessárias para desenvolver a agricultura. O programa almeja transformar a prática da agricultura familiar, que representa 98,7% das explorações agrícolas, em cadeias de valor produtivas de larga escala. Pela relativa importância que este projecto tem para o povo

moçambicano, em particular os agricultores familiares, encoraja-se ao governo a pautar por uma gestão íntegra e transparente durante a sua implementação, sob pena de que situações menos bem-sucedidas no passado se venham a repetir como foi o caso do fundo de desenvolvimento distrital popularmente conhecido como “Sete milhões”. Uma gestão mais transparente e íntegra do programa deverá passar por uma maior publicidade sobre as oportunidades que o mesmo oferece, clareza nos critérios de selecção dos beneficiários, publicação dos seleccionados para beneficiar do programa e responsabilização dos beneficiários que não cumpram com as suas obrigações de reembolso dos fundos.

O crescimento no **sector da Educação** é previsto que venha a ser sustentado pelo aumento dos efectivos escolares em todos os níveis de ensino e pela construção de cerca de 1.100 salas de aulas para o ensino primário e 13 escolas secundárias. Espera-se ainda a contratação de 9.769 novos professores que deverão levar à redução do actual rácio aluno-professor de 67 para 64. Está planeada, ainda para o exercício de 2021, a distribuição de 30.000 carteiras escolares e mais de 21 milhões de livros escolares. Todavia, exorta-se ao governo que a distribuição de livros e carteiras obedeça a critérios claros e objectivos de equidade. Ademais, preocupa o facto da proposta do PES 2021 não fazer menção às acções esperadas no subsistema de educação para crianças com necessidades educativas especiais, que perfazem cerca de 1% do total da população estudantil⁷.

Por seu turno, espera-se que o **sector da Saúde** venha a crescer em 5% o qual será sustentado pela contratação de 5.520 novos profissionais de saúde em todo o território nacional. De entre o pessoal que se prevê venha a ser contratado, 400 são médicos, 239 técnicos de saúde de nível superior, 4.261 de nível médio, 500 para agentes de serviços e 120 motoristas de ambulâncias. Este facto permitirá incrementar o rácio de densidade dos profissionais de regime especial de saúde nacionais e estrangeiros por 100.000 habitantes dos actuais 106.6 para 130 em 2021. Espera-se ainda, o aumento da cobertura de partos institucionais de 87% em 2019 para 89% em 2021 (apenas 2pp percentuais em 2 anos), ou seja, 89 mulheres em cada 100 poderão beneficiar de um parto condigno e realizado por agentes de saúde capacitados, com implicações na redução das taxas de mortalidade materno infantil no país. Pretende-se ainda aumentar o número de adultos e de crianças vivendo com HIV que beneficia de TARV de 1,24 milhões e 95 mil, em 2019, para 1,6 milhões e 135,8 mil em 2021, respectivamente.

É de domínio público que a COVID-19 alterou toda a estrutura de processos de governação em todas as esferas de intervenção pública, com destaque na duração da jornada laboral, recurso ao regime de trabalho à distância, interrupção completa e/ou parcial de prestação de alguns de serviços públicos (Educação, Saúde, Identificação civil, etc.), restrições no uso de transportes,

⁷ GdM (2019), Estatística da Educação: Levantamento Escolar 2019

funcionamento dos mercados, entre outros. Contudo, exorta-se a prossecução contínua das metas fixadas no PQG para 2021, especialmente no sector da saúde. Os indicadores abaixo mostram possíveis atrasos no cumprimento das metas estabelecidas, quer para 2020 quer para 2021, o que pode comprometer a realização dos objectivos definidos no PES 2020/2021 e no PQG 2020-2024.

Tabela 7: Indicadores do sector da Saúde definidas no PQG-2020 2024

Indicadores	PQG (2020-2024)		Real 1º semestre 2020	Plano 2021
	Base	Meta 2024		
% de Crianças menores de cinco anos Completamente Vacinadas	94,0%	96,0%	53,0%	95,0%
% de partos institucionais para a redução da morbimortalidade	87,0%	91,0%	49,0%	89,0%
Número de crianças beneficiárias do TARV	95,08	141.154	75.169	135.805
Rácio de densidade dos profissionais de regime especial de saúde nacionais e estrangeiros por 100.000 habitantes	113,3 (2018)	170,5	106,6	130,7

Fonte: PPES-2021

No sector de Águas espera-se construir e reabilitar 1.366 fontes de águas dispersas por todo o país, construir e reabilitar 15 sistemas de abastecimento de água nas cidades e vilas para beneficiar 1,2 milhões de pessoas e 24 sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais para beneficiar 120 mil pessoas. Pretende-se, ainda, estabelecer cerca de 23,3 mil ligações domiciliárias nas cidades e vilas para beneficiar cerca de 124 mil pessoas e expandir 205 km de rede de distribuição nas cidades para beneficiar mais de 43 mil pessoas. Claramente, o investimento neste sector beneficia mais as populações urbanas em detrimento das populações rurais que continuam a ser dependentes de água captada nos rios sem quaisquer tratamentos.

Em relação ao Saneamento, espera-se construir 340 blocos sanitários inclusivos e adequados à gestão de higiene nas escolas e mercados para beneficiarem 102 mil pessoas. Ainda se prevê promover a construção de 25 mil fossas sépticas e 36 mil latrinas melhoradas para beneficiar 230 mil pessoas nas zonas urbanas e periurbanas e para as zonas rurais promover a construção de 23 mil fossas sépticas e 63 mil latrinas melhoradas para beneficiar cerca de 431 mil pessoas.

Todavia, apela-se ao governo a aumentar consideravelmente os seus esforços neste sector na medida em que são ainda maiores os desafios para ultrapassar o deficiente nível de saneamento no país, conforme revelado pelo IOF-2014/2015 que quantificava em cerca de 40% a população moçambicana que pratica o fecalismo a céu aberto devido à falta de condições. Este precário nível de saneamento, aliado a uma sobre-realização das metas fixadas para o 1º semestre de 2020 para este sector, é uma indicação da existência de espaço para o alargamento significativo

das metas fixadas para 2021, o que poderia concorrer para a melhoria do bem-estar das populações afectadas.

Tabela 8: Indicadores do sector de Águas e Saneamento definidas no PQG-2020-2024

Indicadores	PQG (2020-2024)		Real 1º semestre 2020	Plano 2021
	Base	Meta 2024		
% da população vivendo nas zonas rurais com fonte de água segura	52.0%	70.0%	53.9%	60.0%
% da população vivendo nas zonas urbanas com fonte de água segura	80.0%	90.0%	80.3%	83.0%
% da população vivendo nas zonas rurais que usa serviços de saneamento adequados	32.0%	55.0%	32.3%	38.0%
% da população vivendo nas zonas urbanas que usa serviços de saneamento adequados	56.0%	80.0%	56.6%	64.0%

Fonte: PPES-2021

9. Principais mensagens

- A POE e a PPES estão assentes em pressupostos irrealistas nomeadamente, um nível de crescimento real do PIB, um aumento no nível de cobrança de receitas, uma inflação em queda, e de um aceitável nível do volume de exportações. O contexto de incerteza prevalente pode comprometer o alcance das metas e objectivos definidos na POE e PPES. Por conseguinte, recomenda-se uma constante monitoria do ambiente económico e social, quer a nível doméstico quer a nível internacional, para possíveis ajustamentos que se possam revelar necessários e realizá-los em tempo oportuno;
- O elevado peso do volume de despesas de funcionamento no lugar das de investimento contraria o enunciado de priorização de desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais as quais são fundamentais num contexto em que se pretende travar a propagação da COVID-19.
- O volume de recursos alocados à categoria de Operações Financeiras, ainda que diminuto relativamente ao orçamentado para o ano anterior, continua elevado para as necessidades do país de alocar recursos a áreas que contribuam para o alcance dos objectivos de desenvolvimento económico e social, como água, saneamento, saúde, educação, protecção social, infra-estruturas e produção de comida. Com efeito, o serviço da dívida é quase 6 vezes maior que as despesas no sector de Águas e Saneamento e Programas de Protecção Social conjuntamente, o que revela um desalinhamento com as prioridades definidas no PQG 2020-2024;
- O Sector da Educação continua a ser o maior recipiente de recursos do OE, mas registou uma queda nominal em relação ao exercício económico anterior. Esta situação pode

comprometer os esforços que se esperam que este sector venha a empreender para fazer face à COVID-19 e garantir maior segurança aos alunos de regresso às aulas.

- O Sector da Saúde observa um crescimento nominal em comparação ao ano anterior, o que lhe coloca em posição de poder contar com recursos bastante próximos dos requeridos (se vierem a ser efectivamente desembolsados) para dar cobro às suas necessidades para fazer face à pressão causada pela pandemia da COVID19.
- A POE e o PPES 2021 poderiam ser um pouco mais informativos, fornecendo detalhes com precisão geográfica e temporal em relação à maioria das intervenções, bem como mostrar o mecanismo para acomodar a crescente exigência em todos os sectores sobre a equidade de género. Adicionalmente, esses instrumentos de planificação não permitem que se tenha clareza sobre a distribuição geográfica das alocações orçamentais que se planeiam efectuar, nem os impactos que estas poderão vir a ter de forma desagregada. Dessa forma, exorta-se ao governo a tornar a POE e PPES muito mais informativos em relação a essas matérias.

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva do projecto não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia

O texto é da responsabilidade do CIP

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Membros do FMO

